

O FUTURO DA HISTÓRIA DO CAPITALISMO*

*Benjamin C. Waterhouse***

Resumo: Historiadores por todos Estados Unidos estão redefinindo o estudo da história do capitalismo naquele país. Em vez de ver o capitalismo como uma força monolítica e imutável, eles o explicam como um conjunto de relações sociais e econômicas historicamente contingentes, modeladas por atores humanos no tempo e no espaço. Este artigo examina novos debates sobre trabalho, industrialização, o poder político do grande negócio e sua relevância para potências econômicas emergentes como o Brasil, à medida que elas tentam reconciliar crescimento baseado no mercado com as demandas da democracia e da justiça social.

Palavras-chave: Capitalismo. História.

THE FUTURE OF THE HISTORY OF CAPITALISM

Abstract: Historians across the United States are redefining the study of the history of capitalism in America. Rather than view capitalism as a monolithic and unchanging force, they explain it as a historically contingent set of social and economic relationships, shaped by human actors across time and space. This article examines new debates over labor, industrialization, and the political power of business, and their relevance for emerging economic powers like Brazil as they attempt to reconcile market-based growth with the demands of democracy and social justice.

Keywords: Capitalism. History.

* Título original: “The Future of the History of Capitalism”. Artigo traduzido por Sarah Timotheo Figueiredo. Advogada. Mestranda em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Atualmente, aluna investigadora pela Faculdade de Direito da Universidade de Zurique.

** Professor Assistente de História na Universidade de Carolina do Norte em Chapel Hill, EUA. Especialista em história política e econômica norte-americana do século XX, história dos negócios, e história do capitalismo. Graduou-se pela Universidade de Princeton e obteve o grau de Doutorado pela Universidade de Harvard.

1 Introdução

O estudo da história, como uma disciplina acadêmica, é um compromisso dinâmico para a compreensão de todas as experiências humanas da forma mais verdadeira possível. Os melhores estudos históricos desafiam as crenças aceitas sobre o funcionamento da sociedade humana, ao longo do tempo, e mostram a importância da história no mundo atual. O papel do historiador não é apenas estudar o passado em seu próprio benefício, mas oferecer experiências que nos ajudem a compreender o presente e criar o futuro. Na busca desse sublime objetivo, historiadores, constantemente, reveem seus métodos e questionamentos sobre o assunto. O resultado é que as novas linhas de pesquisa movem-se em ondas onde as gerações desafiam seus antecessores. Assim, este artigo tem por fito analisar uma onda recente – o aumento da atenção dos acadêmicos para a história do capitalismo nos Estados Unidos – e sugerir o valor desse movimento, em especial, para países com rápido crescimento econômico, como o Brasil.

Nos últimos anos, em prestigiadas universidades de pesquisa nos Estados Unidos, um grupo crescente de historiadores promulgou, discretamente, uma revolução no campo de estudo da história do capitalismo. Esses estudiosos começaram a identificar-se como membros de um novo tipo de pesquisadores históricos, ansiosos por desafiar velhas ideias politicamente flexionadas da definição de capitalismo e como suas características foram alteradas com o passar do tempo (e continuará mudando no futuro). Embora nenhuma associação tenha surgido formalmente para unir os seguidores da história do capitalismo, a comunidade é bastante motivada. Conferências recentes e penderes da Universidade de Harvard e da Nova Escola em Nova Iorque, bem como painéis de conferências em grandes encontros nacionais de historiadores, têm unido esses estudiosos – muito dos quais estão no início de suas carreiras – e promovido um senso comum de coerência intelectual¹. O resultado tem mostrado um

¹ Em 2006 e 2008, estudantes da graduação do Departamento de História da Universidade de Harvard e do Programa da História da Civilização Americana promoveram conferências sobre “A História do Capitalismo na América do Norte.” Uma conferência similar está prevista para 2011. Em abril de 2011, o

crescimento na rede de historiadores e de cientistas sociais que estão trazendo novo rigor e sofisticação para esse emergente campo de estudo.

Esses jovens historiadores do capitalismo desafiam explicitamente os escritos existentes da história americana, em um esforço para corrigir equívocos sobre como as forças do mercado, autores do estado e a ideologia influenciam o desenvolvimento econômico ao longo do tempo e do espaço. Apesar de a maioria serem simpatizantes da esquerda política, eles se sentem frustrados, pois que muitos estudos do capitalismo sobre a perspectiva da esquerda não conseguiam ir além das tipologias e categorias articuladas por Marx e Engels há mais de 150 anos². Muitos da “Nova Esquerda” e estudiosos da história do trabalho, filhos da década de 1960, ainda concebe a história humana como uma série de inevitáveis conflitos de classes entre trabalhadores e proprietários. Com relações sociais determinadas pelo seu relacionamento com os meios de produção, uma luta bipolar surge entre o abrangente “livre mercado” capitalista e suas antíteses, um governo de proletariado e um estado socialista. Embora nenhum legítimo historiador, nos últimos cem anos, completamente adotou as previsões de Marx para o desfecho dessa luta, a ideia de que o “trabalhador” e o “capitalista” lutam, perpetuamente, num jogo de morte cuja soma é zero tem criado confusões nas interpretações históricas de questões como a escravidão americana, a expansão e a importância do populismo da classe média.

Departamento de História de Lang College e da Nova Escola para Investigação em Ciências Sociais e da Rede de Cultura de Mercados da Universidade de Manchester patrocinarão uma conferência sobre “Poder e História do Capitalismo” em Nova Iorque. O autor foi um dos organizadores da primeira conferência de Harvard e será um dos participantes na conferência em Nova Iorque. A reunião anual da Organização dos Historiadores Americanos em abril de 2010 apresentou um painel sobre o “estado atual do campo” da história do capitalismo. O autor agradece Colleen Dunlavy, presidente do painel, por suas observações.

² Vejam, por exemplo, o prefácio e a introdução de Karl Marx, **A Contribution to the Critique of Political Economy**, editado por Maurice Dobb (New York: International Publishers, 1970), e Friedrich Engels, **The Condition of the Working Class in England** (Oxford: Oxford University Press, 2009).

Ao mesmo tempo, os novos historiadores do capitalismo também desafiam interpretações do desenvolvimento econômico americano que surge de uma autoconsciência de visão social anti-Marxista. Estudiosos de direita – frequentemente economistas “neoclássicos” e outros cientistas sociais, como também alguns historiadores – tendem a ver o progresso humano e o crescimento econômico como um fenômeno natural que cresceu sobre a dependência mútua. Segundo eles, desde o Iluminismo, a busca constante da humanidade por liberdade individual levou os sistemas jurídicos a santificarem a propriedade privada, os contratos e o comércio. Tendo a visão de que as pessoas são atores economicamente racionais que procuram maximizar o seu lucro pessoal, os mesmos compreenderam que os regimes jurídicos baseados numa concepção dos direitos individuais – assim sendo a econômica política liberal – levou naturalmente a expansão dos negócios e comércio globais, e, também, do trabalho livre, da oportunidade econômica, e de outras virtudes do capitalismo³.

Essas visões conflitantes do capitalismo dominam não somente muitos trabalhos acadêmicos, mas também o debate popular. Na maioria das culturas políticas de centro-direita (incluindo, destacadamente, os Estados Unidos), o discurso não acadêmico abraça de forma impensada o que eu tenho descrito como uma perspectiva “neoclássica” (politicamente da direita). Do outro lado, a tradicional crítica da esquerda dentro da comunidade acadêmica mundial apela para aqueles que estão predispostos a condenar como uma afronta os direitos dos trabalhadores qualquer instância de poder corporativo. Ainda, ambas as posições são, profundamente, falhas, como também não são nem precisas ou úteis. Demasiadas vezes, essas visões antagônicas confrontam com tanta veemência diante do público que nós acabamos por perder a chance de efetivar uma política pública e realizar um debate

³ Raro é o historiador que coloca esse argumento de forma tão direta, mas algumas obras da história econômica mostram essa visão do passado. Vejam, por exemplo, Douglass C. North, **Structure and Change in Economic History** (New York: Norton, 1981).

político saudável. Os legisladores, políticos e eleitores precisam de um quadro coerente e preciso para discutir questões vitais e tão fundamentais como o capitalismo, e é, precisamente, esse impasse discursivo que a nova história do capitalismo procura resolver.

Impasses políticos sobre o desenvolvimento econômico erguem-se pelo fato de que ambas as visões sobre a concepção e o funcionamento do capitalismo – tradicionais de esquerda e neoclássicos de direita – não levam em conta os aspectos históricos. Ambos os campos definem o capitalismo como um sistema monolítico e imutável, onde os seres humanos interagem sob a regra desse sistema, mas eles mesmos são impotentes para modificar ou constituir tal sistema sozinhos. O projeto central dos novos historiadores do capitalismo é desnaturalizar o processo de transformação econômica ao longo do tempo. Ao invés de questionarem como as pessoas reagiriam a essa força exógena denominada capitalismo, eles colocaram o sistema mesmo sob o microscópio. Dessa forma, fazendo do capitalismo o objeto de estudo, eles se perguntam como e por que o capitalismo adquiriu tal forma em épocas diferentes. Ao dar esse conjunto de relações materiais um nome e uma história, eles buscaram incorporá-los dentro de um contexto histórico para esclarecer a importância da ação humana, da contingência e da ideologia para os padrões de mudanças econômicas.

Para salientar alguns exemplos que mostram como essa categoria de estudiosos tem reconstruído a história do capitalismo nos Estados Unidos, apresentarei uma síntese de algumas pesquisas recentes e inovadoras em universidades americanas. Isso não é, de forma alguma, uma lista exaustiva, mas sim uma amostragem representativa de estudos em diferentes momentos do desenvolvimento econômico e político dos Estados Unidos. Embora os estudiosos que descrevo abaixo sejam todos jovens, eles devem uma enorme dívida para os mentores mais velhos, muitos dos quais se juntaram a eles nesse intelectual e político projeto vital de reconsideração da história do capitalismo. Finalmente, eu espero demonstrar que os problemas históricos com que esses estudiosos lidam, embora sejam, topicamente, específicos aos Estados

Unidos, sugere lições universais. Na Idade Moderna, as pessoas ao redor do mundo lutam para reconciliar promessas de igualdade e democracia com a realidade de uma economia global orientada pelo mercado e pelo comércio. O desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, desde o século XVIII até os dias atuais, pode revelar lições para potências emergentes, bem como para os americanos.

2 Reescrevendo a história do capitalismo americano

Os Estados Unidos emergiram no século XVIII como o produto filosófico do Iluminismo e o produto geográfico da colonização europeia do hemisfério ocidental. Durante o período do “início da República” – dos anos de 1780 até 1830 – os Estados Unidos cresceram de uma nação de pequenos agricultores para uma nação de fábricas urbanas, centro de comércios e plantações agrícolas altamente rentáveis, através de uma população escrava em constante crescimento. Tradicionalmente, os historiadores questionaram-se como o capitalismo nascente poderia crescer lado a lado com a escravidão, que sobreviveu no sul dos Estados Unidos (até 1865) quase tão longo quanto em Cuba (1886) e no Brasil (1888)⁴. Dois novos estudos contestam a natureza da questão acima, mostrando que o trabalho escravo era intrinsecamente vinculado ao sistema de produção orientado pelo mercado, como também a ascensão de um governo central e poderoso que defendia os dois.

De acordo com Seth Rockman, professor de história na Universidade de Brown no estado de Rhode Island, o aumento da produção industrial e das cidades – o nascimento da “economia de mercado” – engendrou novas relações sociais que frequentemente obscureciam as linhas entre a liberdade de trabalho e a escravidão. Em

⁴ Um livro clássico dentro dessa tradição é Carl Degler, **Out of Our Past: The Forces that Shaped Modern America** (New York: Harper, 1959), que contém a famosa frase: “o capitalismo veio nos primeiros navios.” Um pouco mais recentemente, a questão de como os americanos reagiram ao advento do capitalismo é explorado em Charles Sellers, **The Market Revolution: Jacksonian America, 1815–1846** (Oxford: Oxford University Press, 1991).

Scraping By (2010), ele revela o trabalho penoso e diário dos trabalhadores pobres da cidade portuária de Baltimore no estado de Maryland – homens e mulheres que faziam os trabalhos mais sujos e difíceis com uma baixa remuneração, pouca estabilidade social, e nenhuma esperança de avanço social⁵. O capitalismo americano, segundo ele, não foi uma força libertadora de ascensão social; ao contrário, a busca pela riqueza privada acabou criando e aumentando a miséria. Apesar da crença Marxista que “trabalho assalariado” é um passo essencial no desenvolvimento em direção a uma economia capitalista, a atenção de Rockman para as relações sociais demonstra que a liberdade política significa pouco, caso não se possa garantir comida e abrigo.

Na mesma linha de pensamento, Adam Rothman, da Universidade de Georgetown em Washington, DC, examina como a expansão do comércio global de produtos básicos como algodão, tabaco e açúcar incentivou aos americanos brancos a expandirem para o oeste, trazendo escravos negros com eles. Desafiando a ideia de que o capitalismo prosperou na ausência de um governo central e forte, **Slave Country** (2005), de Rothman, advoga que o Estado americano, relativamente fraco, de fato *construiu* o mercado agrícola (e a necessidade da escravidão) através da aquisição de novas terras, a sua divisão em zonas, o financiamento de infraestruturas (incluindo ferrovias e canais), a proteção das cidades portuárias de ataques estrangeiros e o cumprimento das leis sobre a escravidão⁶. Sua análise mostra a total compatibilidade entre a propriedade capitalista e o trabalho forçado, visto que o trabalho escravo alimentava as culturas de exportação que abasteciam um sistema de comércio em expansão no Atlântico.

No final do século XIX, as relações capitalistas nos Estados Unidos alteraram-se profundamente com o advento das grandes

⁵ Seth Rockman, **Scraping By: Wage Labor, Slavery, and Survival in Early Baltimore** (Baltimore: Johns Hopkins Press, 2009).

⁶ Adam Rothman, **Slave Country: American Expansion and the Origins of the Deep South** (Cambridge: Harvard University Press, 2005).

corporações integradas em setores industriais como aço, petróleo e ferrovias. Embora muitas das histórias de economia concentrem-se no domínio dos “grandes negócios,” Noam Maggor, que leciona na Universidade de Vanderbilt no estado de Tennessee, examina a história do capitalismo através do conflito social criado entre as elites econômicas e a pequena burguesia. A tese de doutorado de Maggor na Universidade de Harvard analisa proprietários independentes – mas economicamente inseguros – de pequenas empresas e lojas de Boston, Massachusetts⁷. Contrapondo-se aos ricos comerciantes e banqueiros, estes precursores dos atuais “donos de microempresas,” previram um estilo de capitalismo baseado não no comércio internacional, mas no comércio local, e, assim, lutaram ferozmente pelas políticas igualitárias e democráticas no uso da terra. A grande contribuição de Maggor é mostrar que o triunfo final do “liberalismo de mercado” não surgiu automaticamente a partir da lógica do capitalismo. Ao contrário, cresceu das contestações relacionadas ao autointeresse dos grupos sociais.

Apesar dos esforços da pequena burguesia de Maggor, os governos nacionais e locais fracassaram em controlar o capital ou o poder das elites econômicas no início do século XX. Enquanto os Estados Unidos tornaram-se uma nação madura e industrializada, as preocupações com segurança pública, saúde e igualdade eram frequentemente submetidas à visão liberal dos direitos econômicos. Como afirma Julia Ott, da Nova Escola da Cidade de Nova Iorque, a visão pró-mercado não foi tão natural, nem tão evidente; ao revés, as elites econômicas lutaram, deliberadamente, para perpetuar as ideias de *laissez-faire* e se opor a intervenção governamental e as progressivas reformas sociais⁸. Em um estudo sobre o mercado de ações de Nova Iorque (New York Stock Exchange: NYSE), Ott sublinha o papel dos “emissários de ações” (“exchange emissaries”), que o mercado de ações

⁷ Noam Maggor, “Politics of Property: Urban Democracy in the Age of Capital, Boston 1865–1900” (PhD dissertation, Harvard University, 2010).

⁸ Julia C. Ott, The Free and Open People’s Market: Political Ideology and Retail Brokerage at the New York Sock Exchange, 1913–1933, **The Journal of American History** (June 2009): 44–71.

contratam para proclamar as virtudes da participação acionária e os males da supervisão do governo no mercado de ações. Nos anos anteriores, a famosa quebra do mercado de ações de 1929, que inaugurou a Grande Depressão, fez com que os lobistas de relações públicas “avançassem a noção de que os mercados financeiros *laissez-faire* facilitariam as oportunidades individuais, a prosperidade e a segurança, enquanto otimizariam a alocação de capital e o risco econômico.” Assim Maggor, Ott demonstra que a ideologia “mercado livre” não é integralmente do capitalismo, mas derivado dele.

Durante a Grande Depressão da década de 1930, um movimento contrário criou raízes no capitalismo americano, usando o poder do estado para apoiar e gerenciar a atividade de mercado. Nesse contexto, a visão de liberalismo de Franklin Roosevelt tem por objetivo salvar o capitalismo, ao invés de sufocá-lo. Em recente livro sobre a política de obras públicas (pontes, estradas, barragens, etc.) durante as reformas do *New Deal*⁹ de Roosevelt, Jason Scott Smith, da Universidade do Novo México, acrescenta percepção crucial de como os políticos americanos adotaram o capitalismo para a sociedade moderna¹⁰. Em vez de ter Roosevelt tanto como um traidor ou quanto um defensor de um capitalismo monolítico (como era o entendimento anterior dos historiadores), Smith questiona-se como a administração do capitalismo – ou do “Liberalismo do *New Deal*” – tornou-se legítimo na vida americana através da sua presença *física* em obras públicas. Ele argumenta que o capitalismo de meados do século XX foi uma parceria entre interesses públicos e privados; embora o governo tenha pago por projetos de grande infraestrutura, no processo o governo promoveu o crescimento e o emprego privado.

⁹ O *New Deal* (cuja tradução literal em português seria “*novo acordo*” ou “*novo trato*”) foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir aos prejudicados pela Grande Depressão.

¹⁰ Jason Scott Smith, **Building New Deal Liberalism: The Political Economy of Public Works, 1933–1956** (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

Na segunda metade do século XX, o capitalismo americano continuou a mudar. Por muito tempo, os debates sobre o papel do governo e do mercado continuaram mesmo depois que as indústrias de manufatura dos Estados Unidos diminuíram e a economia tornou-se cada vez mais definida pelas indústrias de serviços e de finanças. Dois livros recentes de historiadores da Universidade da Geórgia examinam a história do capitalismo no final do século XX, analisando como a cultura e gênero interceptaram-se com as circunstâncias materiais para dar forma a ideologia e a política. **To Serve God and Wal-Mart**, de Bethany Moreton, defende que a ascensão de uma economia baseada em serviços, caracterizada pelo maior varejista do país – Wal-Mart –, fundiu-se com uma ética cristã de serviço na década de 1970, com a finalidade de criar uma força política que se juntou as empresas e grupos religiosos conservadores¹¹. Os interesses dos capitalistas, segundo ela, eram avançados pela sua aliança com os tradicionalistas cristãos brancos (que no passado teriam entrado em sindicatos para se opuserem ao poder das corporações). Em um pensamento similar, **Trucking Country**, de Shane Hamilton, descreve como caminhoneiros independentes e de longa estrada vieram a rejeitar as políticas de regulamentação e pró-sindicatos do liberalismo do *New Deal*, justamente porque eles invadiam a sua liberdade econômica, apesar das suas ligações culturais com a classe trabalhadora¹². Hamilton afirma que o fervor antirregulamentação dos anos 1970 e 1980 era em parte devido às políticas pró-negócios e antigovernamentais dos proprietários de empresas independentes da classe trabalhadora, como os caminhoneiros. Ambos os livros analisam coalizões políticas em fluxo e explicam os debates atuais sobre política econômica – e, portanto, o futuro do capitalismo americano –, complicando o nosso ponto de vista sobre a solidariedade de classes.

¹¹ Bethany Moreton, **To Serve God and Wal-Mart**: The Making of Christian Free Enterprise (Harvard University Press, 2009).

¹² Shane Hamilton, **Trucking Country**: The Road to America's Wal-Mart Economy (Princeton: Princeton University Press, 2008).

3 O futuro da história do capitalismo: relevância para o Brasil

Os livros pesquisados acima atestam um vibrante debate intelectual sobre a natureza do capitalismo nos Estados Unidos. Eles mostram a luta constante para conciliar as promessas de democracia política com as demandas de uma economia baseada no mercado e o desafio histórico de perseguir o crescimento e progresso social. A questão crucial não é o fato de a experiência dos Estados Unidos ser excepcional, mas, muito pelo contrário: muitas das suas lutas, conflitos, sucessos e fracassos podem ser generalizados para experiências mais amplas. O desenvolvimento econômico global não se procede ordenadamente em fases (oposto a Marx) e as economias em desenvolvimento dos dias hodiernos, certamente, encontrarão diferentes desafios do que os Estados Unidos têm enfrentado, em grande parte devido à persistência das economias americana e europeia. Entretanto, a reavaliação atual da história do capitalismo nos Estados Unidos pode, penso eu, ser extremamente útil para aqueles que elaboram o *futuro* do capitalismo em todo o mundo.

O primeiro passo na criação do futuro é a compreensão do passado e do presente. O progresso humano sempre dependeu do desafio de pressuposições feitas. Como os historiadores não se cansam de explicar, o Iluminismo e a Revolução Francesa foram movimentos tão intelectuais quanto políticos; para superar o *ancien régime*, os europeus, primeiramente, tiveram de dar-lhe um nome e uma história. De forma semelhante, os novos historiadores do capitalismo buscam desnaturalizar o desenvolvimento econômico para entender as contingências e as complexidades das relações capitalistas e para resistir à sensação de estar preso por uma frustração de que “o entendimento é esse.” Os seres humanos podem exercer um notável grau de controle sobre seu destino e pode fixar metas progressivas – aumentar os padrões de vida, prosperidade, e sustentabilidade – em uma sociedade orientada para o mercado, mas para isso temos que compreender, realmente, um sistema que pode, contraditoriamente, parecer hegemônico, opressivo e imutável.

As dinâmicas mundiais estão mudando. Nenhum estudioso sério pode ignorar que o centro do crescimento e a produtividade está mudando dos países ocidentais (norte-americano e europeu) para os países do BRIC – Brasil, Rússia, Índia, e China. Destes, o Brasil – embora não o maior – terá um papel, particularmente, importante a desempenhar, visto que suas instituições democráticas são mais estáveis (Índia também é uma democracia, mas o tamanho e a imensa pobreza de sua população criam maiores obstáculos na sua, ainda, emergente democracia.)¹³ A história do capitalismo nos Estados Unidos oferece-nos poderosas lições para as potências em ascensão. Isso comprova a profunda relação entre o estado e o mercado, bem como a forma com que as relações sociais – entre ricos e pobres, mestres e escravos, eleitores e trabalhadores – ao mesmo tempo emergem e influenciam o crescimento econômico.

Democracias como o Brasil, apesar de não serem totalmente análogas aos Estados Unidos em qualquer ponto do seu desenvolvimento, enfrentam desafios e debates semelhantes. Pelo fato de o Brasil expandir a sua produção industrial e levar milhões da pobreza para o status de consumidores de classe média, os legisladores deveriam perceber a influência das economias de mercado nas relações sociais. O país busca promover o bem-estar social, ao mesmo tempo em que promove o empreendedorismo, que deve evitar a paralisia política que deriva de velhos debates sobre o “*laissez-faire*” e o “socialismo”, reconhecendo a natureza dinâmica do capitalismo moderno. Nos anos vindouros, o capitalismo global – e, principalmente, a história mundial – alterar-se-á profundamente. Estudiosos que se sintonizam com a relação histórica entre o poder econômico e o progresso da liberdade humana poderão ajudar a elaborar as futuras transições positivas. Deveras, eles têm a responsabilidade moral de fazê-lo.

¹³ Para uma recente discussão sobre as possibilidades e desafios das situações dos países em ascensão, veja Fareed Zakaria, **The Post-American World** (New York: Norton, 2008).